

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 911 - 9 de dezembro de 2022 a 15 de janeiro de 2023

## O POVO NA POSSE

### Respeito ao voto popular

### Revogação das reformas trabalhista, da previdência e do ensino médio



## PUNIÇÃO AOS CRIMES ELEITORAIS

pág. 9

### JUVENTUDE

Luta contra os cortes

pág.2

### PARTIDO

Primeira reunião do Diretório Nacional do PT

pág.4

### DAP

Entrevista exclusiva com José Genoíno

pág.5

### INTERNACIONAL

Caiu Castillo. E agora?

pág.12

# Cortes inviabilizam funcionamento de universidades e institutos federais

Estudantes organizam mobilizações pelo país reivindicando recomposição orçamentária

Durante esse ano, há três marcos que evidenciam a política de destruição da educação aplicada pelo governo Bolsonaro. O primeiro aconteceu em junho, com o veto de 438 milhões de reais retirados do orçamento das universidades e institutos federais. Nesse momento, os recursos direcionados ao MEC foram transferidos para o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO), enquanto os R\$17,2 bilhões destinados ao Orçamento Secreto não foram remanejados.

O segundo ocorreu logo após o resultado do primeiro turno, em outubro, quando foram bloqueados 328,5 milhões de reais para universidades e IFs temporariamente, uma vez que o governo federal recuou. Todavia, não parou por aí. Chegando em novembro, durante a vitória da seleção brasileira sobre a Suíça na Copa do Mundo do Catar, Bolsonaro deu seu ultimato, confiscando R\$1,68 bilhão do MEC, sendo R\$344 milhões do orçamento das universidades federais, sob justificativa de cumprir o teto de gastos. Esse corte, apesar de revertido dias depois, escancarou a política nociva à Educação, pois o alívio durou instantes e os recursos foram bloqueados novamente, agora por parte do Ministério da Economia e afetando até mesmo empenhos (pagamentos) já executados.

Essa constância de intervenções e bloqueios de verbas impacta



Estudantes da UNB em manifestação no dia 8 de dezembro

diretamente no orçamento discricionário das universidades, parte responsável pelas bolsas estudantis, contratos com terceirizados da limpeza, segurança e obras de manutenção. Na prática, com o último bloqueio, segundo informações da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), não há verba para realizar o pagamento de nenhuma atividade, e, como pontuam notas da UnB e UFRJ, "a situação é dramática".

Tal prática do governo impede que políticas de permanência sejam executadas. Primeiro, porque sem orçamento definido, não há como ter planejamento de programas de bolsas estudantis, em segundo lugar, porque com os bloqueios realizados a pressão exercida pelo governo é de

que as reitorias sejam gestoras da crise e repassem a conta dessa crise para os estudantes. Exemplo disso são os estudantes arcarem com o aumento do preço das refeições nos Restaurantes Universitários (RUs), não possuem bolsas de assistência estudantil suficientes à demanda e não ter o valor dessas bolsas reajustado de acordo com a inflação. Essa conjuntura corrobora o aumento dos índices de evasão.

Ao longo do ano tiveram mobilizações importantes, mas aquém do que precisavam ser organizadas pela UNE, UBES e ANPG. Agora, o momento exige uma resposta emergencial. Por isso o DCE UnB Honestino Guimarães fez um ato em defesa do orçamento das universidades e contra os cortes no dia 8 de dezembro

em frente ao MEC, contando com o apoio de 26 Centros Acadêmicos da Universidade de Brasília.

Além disso, precisamos lutar para que, na discussão sobre a PEC da transição, se discuta também como se dará o orçamento das universidades para 2023. O movimento estudantil deve apresentar ao gabinete de transição a sua reivindicação: para que as instituições federais funcionem é necessário garantir a destinação de, pelo menos 8 bilhões de reais. Valor que "fura" o teto de gastos, o que reforça a necessidade do novo governo Lula conseguir revogar a Emenda Constitucional 95, que criou o teto de gastos, e é incompatível com o investimento necessário nas universidades públicas.

Beatriz Amorim

## Para onde o Bolsonarismo está conduzindo a juventude?

O atentado chocante realizado por um jovem simpatizante do nazismo em Aracruz, no Espírito Santo, que deixou pelo menos quatro mortos e vários feridos, não é um raio em céu azul.

As cenas de massacres em escolas, comuns nos Estados Unidos, costumavam ser raras no Brasil. Nos últimos 20 anos, no entanto, nosso país registrou 12 episódios deste tipo. Sete deles ocorreram de 2017 para cá, sendo 3 neste ano.

A relação entre estes ataques e o fácil acesso de jovens à armas, é óbvia.

O rapaz de 16 anos, do Espírito Santo, condenado a 3 anos de reclusão, era filho de um policial militar e acessou as armas do pai. Mas em outros atentados não foi este o caso e a criação de uma cultura de fácil

acesso à armas e clubes de tiro só pode conduzir à ideia de resolver todas as coisas "na bala".

Nos últimos quatro anos Bolsonaro editou 19 portarias, 17 decretos, três instruções normativas, duas resoluções e dois Projetos de Lei que facilitam o acesso à armas e munições.

Os caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) já ultrapassam o número de 900 mil e acumulam mais de 1 milhão de armas. Um crescimento de 187% em relação a 2018, quando eram cerca de 300 mil.

O exército, que deveria controlar as armas dos CACs, alega que por um erro em seus sistemas de registro, não consegue produzir relatórios sobre os tipos de armas que estão com estes CACs!

O buraco é fundo. Esta apologia das armas ganha reforços nos

curso paramilitares para adolescentes, que se proliferam e incentivam jovens a adorar a cultura da guerra, inclusive com cânticos de massacre, violência e assassinatos.

### Ataques nazistas tem sido recorrentes

Nem todos os massacres tinham uma componente nazista, como foi o caso deste de Aracruz. Há mais elementos envolvidos, como Bullying e problemas psicológicos.

No entanto, outro dado alarmante nas escolas brasileiras é a quantidade de eventos de apologia ao nazismo dos últimos meses.

Apenas 4 dias depois do ataque em Aracruz, uma escola pública em Contagem, Minas Gerais, foi vandalizada com pichações nazistas. Mas é nas escolas particulares que a situação é mais pronunciada.

Na escola Porto Seguro, em Valinhos, no interior de SP, alunos chegaram a criar um grupo chamado "fundação anti petismo", em que se autointitularam "neonazistas do Porto" e trocam figurinhas de Hitler. Estes alunos passaram a fazer ataques xenofóbicos contra pessoas oriundas do nordeste, após o resultado eleitoral, e a discriminar estudantes negros.

Estes atos, portanto, vão além da mera reprodução ideológica dos slogans e da estética fascista da família Bolsonaro. Ao ganhar contornos práticos, aparecem como reflexos, na juventude, do processo de fascistização do Bolsonarismo, que está em curso. É preciso encontrar os meios de combater este processo.

Juca Gonçalves

# A expectativa de milhões com a posse

Os trabalhadores eletricitários saíram à frente e apresentaram à equipe de transição do governo a sua reivindicação. Eles propõem a reestatização da Eletrobras, menina dos olhos do programa de privatização de Bolsonaro (ver página 6) e cuja privatização foi um ataque brutal à soberania nacional.

É uma demonstração, em grande medida, da expectativa que milhões de trabalhadores depositam

no futuro governo Lula.

É a mesma expectativa dos trabalhadores do Metrô de Belo Horizonte, que assim como os trabalhadores que dependem do Porto de Santos, dos Correios, dos Aeroportos, da Ceasa Minas e de outros órgãos, querem ver cancelados os leilões de privatização que estavam programados para sua área. (ver página 7).

É também a mesma expectativa de milhões de estudantes e professores pelo país, que não suportam mais os cortes na educação (página 2), de milhões de trabalhadores formais e informais que tem necessidade de que a reforma trabalhista seja revogada e de milhões de brasileiros, obrigados a conviver com o caos na saúde deixado pelo governo Bolsonaro (Página 10).

Enfim, é uma expectativa profunda de mudança. Afinal, derrotamos Bolsonaro eleitoralmente. Agora, é preciso derrotar, na

prática, com uma política a favor do povo trabalhador e da nação, a política implementada desde o golpe e especialmente durante os 4 anos de governo.

Há muitos obstáculos no caminho.

A impunidade dos crimes eleitorais cometidos em larga escala por Bolsonaro e seus apoiadores, que encorajam as manifestações

a exercer a sua secular tutela militar sobre o país (ver página 5).

O orçamento herdado do governo Bolsonaro, que deixa terra arrasada em diversos setores, assim como a pressão dos podres poderes (STF e Congresso) que operam em nome dos interesses da classe dominante, e claro, de seus próprios interesses. (ver página 8)

Mas contra estes obstáculos há também, muita disposição para superar essa situação. Petistas de todo o país, apesar das dificuldades, estão se mobilizando para ir à Brasília. Eles vão carregando na bagagem as suas histórias de luta para virar esse jogo, os seus sonhos e suas expectativas.

São essas expectativas que vão explodir em Brasília, em 1º de janeiro, quando Lula tomará posse, contra as ameaças golpistas, diante de dezenas de milhares, que representarão os anseios de milhões.

A militância do Diálogo e Ação Petista está engajada nesse sentido. Ao lado de todos os petistas, os companheiros e companheiras identificados com o DAP preparam nos seus grupos de base, nos diretórios, movimentos e sindicatos em que intervêm, as delegações que vão expressar com faixas, pirulitos e panfletos a defesa do respeito ao voto popular e as reivindicações, que procuram expressar os anseios do povo trabalhador brasileiro.

## TODOS À BRASÍLIA, PELO RESPEITO AO VOTO POPULAR, COM SUAS REIVINDICAÇÕES

golpistas em estradas e na porta de quartéis. A bolsonarização do Estado brasileiro, que vem de longe e que está sendo reforçada aos 45 do segundo tempo com diversas nomeações oportunistas por aquele que ora ocupa o Palácio da Alvorada (veja na página 9).

A insubordinação de amplos setores das Forças Armadas, que pretendem continuar

### NOTAS

#### O legado do governo Bolsonaro

Em seus últimos esforços - fracassados pela mobilização popular - de ganhar a eleição presidencial, Bolsonaro comprometeu o orçamento de 2023 direcionando a verba para compra de votos a esquemas como o do orçamento secreto. Derrotado, termina de destruir a dignidade dos brasileiros com medidas cada vez mais descabidas.

#### INSS estrangulado

Com cinco milhões e meio de trabalhadores e trabalhadoras na fila do INSS, a situação do órgão é calamitosa.

A falta de concursos públicos desde o golpe de 2016 acarretou em uma severa falta de funcionários, aumentando a fila para análise e atrasando o recebimento dos benefícios. Em 2022, ano no qual o gargalo da análise alcançou seu ápice, o governo respondeu não com a necessária contratação de profissionais, mas com a implementação de um sistema, baseado em inteligência artificial, que prometia acelerar os atendimentos. O que aconteceu foi um aumento do número de pedidos equivocadamente negados pelo sistema, aumentando o número de judicializações e atrasando ainda

mais os processos.

A herança do governo de transição é, entre tantos desastres, milhões de trabalhadores - entre eles muitos inválidos e pessoas com deficiência - sem acesso ao que é seu por direito.

#### Semiárido sem água potável

A Operação Pipa, que há vinte anos leva água potável para áreas que sofrem com a seca em vários estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo, interrompeu o abastecimento de água em várias regiões, por falta de recursos, no mês passado.

Comunidades inteiras precisam recorrer a poços de água salobra, usados para o trato de animais, para consumo próprio.

No orçamento de 2022, aprovado pelo governo Bolsonaro, apenas 84% da verba solicitada para a operação foi de fato liberada.

A operação atende, anualmente, 1,6 milhões de pessoas que habitam essas regiões sem rede de abastecimento.

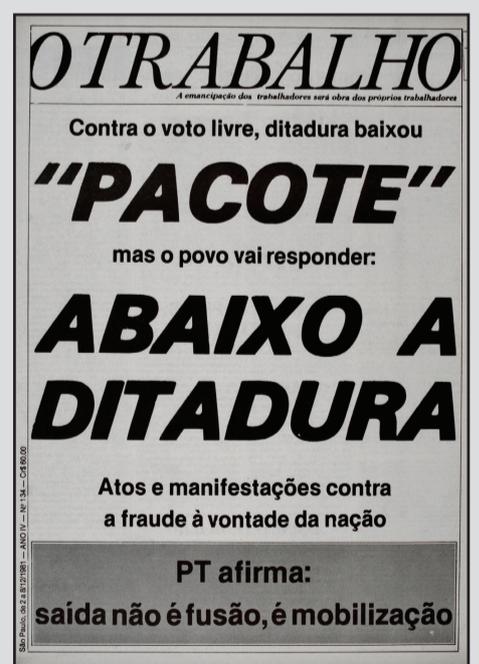
A decisão do governo Bolsonaro de direcionar o orçamento da operação para a compra de parlamentares é escandalosa. Na verba liberada para o orçamento secreto, caberiam nada menos do que 25 operações Pipa.

### Memória

#### MILITARES TENTAM FRAUDAR ELEIÇÕES DE 1982

“É uma medida digna de uma ditadura!” Foi assim a exclamação do aturdido senador Teotônio Vilela, do PMDB, tão logo tomou conhecimento da decisão do general Figueiredo de enviar para o Congresso Nacional a série de projetos que começa a ser conhecida como o “pacote de novembro”. Trata-se de uma série de medidas que visa regulamentar a realização das eleições de 1982 de tal maneira que se garanta, de antemão, a vitória do PDS [partido da ditadura - NdR]. (...) Embora imediatamente os partidos da burguesia - em particular PMDB e PP - tenham saltado sobre o PT com propostas de fusão (...), a posição finalmente adotada pelo partido foi a de reafirmar (...) a rejeição a qualquer proposta de fusão.

O Trabalho nº 134 - 2/12/1981



#### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

# A nova situação aberta

## Notas do Diálogo e Ação Petista para o Diretório Nacional

A eleição de Lula foi uma extraordinária vitória dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos negros, dos LGBTQB, enfim, de todos oprimidos. Ela vai muito além dos 2 milhões de votos da diferença Lula X Bolsonaro.

A contabilidade eleitoral, nesse caso, foi distorcida pelas condições – “benesses eleitorais”, assédio patronal, padres e pastores nos púlpitos, intimidação militar e assassinatos, ação ilegal da Polícia Rodoviária Federal – mas o povo se impôs assim mesmo.

A vitória popular é o fato que impacta, não a amplitude em si das alianças. É por isso que ela teve tanta repercussão internacional. Por isso ela domina a cena nacional apesar dos resultados da extrema-direita no Congresso, nas Assembleias e Governadores.

Mas a vitória também revelou como nunca antes o apodrecimento das instituições, no grau da contradição entre a vitória de Lula do PT nos dois turnos, com a simultânea regressão do Congresso eleito ainda mais reacionário!

Como é possível um presidente ganhar nos dois turnos, mas não ter mais que 125 deputados (“centro-esquerda”) sobre 513? Nem somando Tebet (MDB) e Kassab (PSD) passaria muito de 200. Ele tem que se entender com o “centrão” de Artur Lira para governar?

Esta é a “república” há mais de um século tutelada pelos militares. É a “democracia” da sub-representação desproporcional, do voto uninominal e não em lista, e do financiamento

privado milionário.

### Dois caminhos

Na nova fase, uma tarefa é abrir caminho para a soberania popular. Senão, só sobraria acompanhar a dita “pacificação”, a nova anistia aos generais e o acordão com Artur Lira.

Mas há outro caminho, a busca da soberania democrática da vontade popular.

É a luta política que dará o “tempo” da luta pela Assembleia Constituinte Soberana para remover os obstáculos que já conhecemos nos 13 anos de governo do PT. Veremos quais forças políticas estão dispostas a se engajar com o povo e sair do conformismo da “pacificação” impossível com o bolsonarismo.

O que mostrou o bloqueio de estradas com a cobertura da PRF? Ou as multidões ajoelhadas rezando na porta dos quartéis?

O fato é que aumentaram os elementos de fascistização do bolsonarismo. O caso da PRF coloca uma questão mais geral:

quem vai “desbolsonarizar” o Estado? Quem varrerá a malta que galgou posições em várias esferas do Estado depois do golpe de 2016? Quem mandará para a caserna os generais? Quem, senão a força do povo organizado?

### Dois eixos

Uma bandeira atual é o Respeito do Voto Popular, porque há questionamento do bolsonarismo, mesmo se improvável, mas há. Outra é a Punição dos Crimes Eleitorais. Senão, será a conciliação outra vez.



Lula na Paulista: "Espero nunca trair o sonho de vocês"

A agenda da campanha traz questões populares: recompor os programas sociais, as verbas da Educação e Saúde, aumentar o salário mínimo, corrigir o IRPF, o piso da enfermagem, o salário dos servidores, parar a Privatização do Porto de Santos, do Ceasa de Minas e do Metrô de BH, retomar o MCMV etc. O ideal seriam as entidades populares apresentarem desde já ao “gabinete de transição” as suas demandas.

A direção do PT espera 100 mil em Brasília. Todos os diretórios que puderem, os sindicatos e movimentos, têm a oportunidade de renovar a força para o novo governo, levando desde as suas reivindicações imediatas até a revogação da reforma da Previdência e da reforma Trabalhista, a

revogação do Teto de Gastos, do artigo 142, a desmilitarização das polícias, a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas, a titulação dos quilombolas, a revogação da reforma do ensino médio, as reestatizações e a taxa das grandes fortunas.

A primeira responsabilidade é do PT, para desenvolver a confiança dos trabalhadores no seu próprio movimento. Pois a realidade política é que do dia 30 de outubro sobressaem dois partidos nacionais com base de massa – o petismo e o bolsonarismo. Vamos ajudar a desenvolver essa polarização para vencer com as massas na via da sua auto-organização. Com Lula presidente para realizar as aspirações sociais e nacionais inscritas no mandato que o povo lhe conferiu.

## Lula: “Não tenham medo de cobrar”

### Primeira reunião do Diretório Nacional do PT

Após um longo período, o Diretório Nacional se reuniu no dia 8 de dezembro por três horas, no desgastado formato híbrido. As falas contemplaram as “chapas”.

Numa participação por zoom, o presidente Lula dedicou a vitória “aos milhões de heróis anônimos agredidos” que não esmoreceram na luta pelo PT. Lembrou como Bolsonaro cresceu no segundo turno despejando recursos, usando a máquina e as instituições “todos contra nossa candidatura”, por resistirem à “prioridade da inclusão social”. Agora, disse Lula, o novo governo terá uma inédita “oposição de extrema-direita militante, em parte armada”.

Considerou “um feito” a aprovação da PEC da transição no Senado, dá “um fôlego”. Mas, realista, afirmou que depois “vamos ter capinar recursos para cumprir as promessas de campanha”, arrematando que “este será o mandato da minha vida, ou faço muito mais, ou termino na merda”.

Lula anunciou que em 1º de janeiro vai descomissionar todos os cargos de confiança, uma boa notícia, ressaltou o problema da Lei das Estatais que o governador bolsonarista de SP, Tarcísio, tenta usar para privatizar o Porto de Santos antes da posse, e terminou deixando o recado “não tenham medo de cobrar”.

Só o tema dos recursos necessários num Orçamento historicamente esmagado pela dívida e apropriado pelo interesse privado – reflexo das instituições apodrecidas do Estado – só isso daria uma sessão inteira de debate na direção do partido. Mas ficou para outra oportunidade, Lula retirou-se depois de sua fala.

O DN adotou uma declaração (www.pt.org.br) limitada como a reunião, com muitas falas apenas laudatórias ou saudando ainda a “frente ampla sem concessões”, uma evidente cegueira. Ao final, foram dados informes e encaminhamentos sobre o preenchimento de cargos de segundo e terceiro escalão - a

presidente Gleisi ficando na presidência do PT para ajudar na “disputa do governo” – e também sobre algumas das providências para o sucesso da mobilização da posse. Nem todos os oradores se referiram à questão.

O DAP apresentou a contribuição acima resumida, participou da comissão de preparação e não quis ser obstáculo a uma declaração partidária “consensual” neste momento. Agora, é de esperar que o partido, falando claro, se organize muito mais do que na campanha para realizar as aspirações dos nossos eleitores e defender pontos históricos de programa.

Markus Sokol

## GENOÍNO: "NÃO PODEMOS CONCILIAR COM O ALTO COMANDO DAS FORÇAS ARMADAS"

**E**x-presidente do PT, deputado Constituinte e por sete mandatos, além de ex-assessor especial do Ministério da Defesa, José Genoíno, que dispensa maiores apresentações à militância petista, tem sido uma voz importante no combate à adaptação do PT às Instituições burguesas do Estado brasileiro. Crítico à política que parece se desenhar para o futuro governo Lula em relação às Forças Armadas, Genoíno conversou com o DAP a este respeito no dia 4 de novembro. Ele também falou sobre como vê a situação das negociações com Lira e o Orçamento no Congresso.

### Diálogo e Ação Petista: Até que ponto chegou a politização das Forças Armadas?

**José Genoíno:** Essa politização é obra do inominável, desde quando ele lançou a candidatura dele na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), em 2014.

Depois houve a intervenção no Rio de Janeiro comandada pelo general Braga Neto, seguida da nomeação de dois oficiais generais para o gabinete do Dias Toffoli, no Supremo Tribunal Federal. E o twitter do general Villas Bôas, em abril de 2018 (na véspera do julgamento de um habeas corpus de Lula no STF, NdR). E a quantidade enorme de generais de quatro estrelas em cargos estratégicos da administração civil.

É o escandaloso exercício da tutela militar, os militares comandando o poder civil.

Essa politização via tutela militar tem que ser rompida. Conciliar com isso seria um grande equívoco.

### Como acabar com essa politização?

Não podemos conciliar nem negociar com o Alto Comando das Forças Armadas.

Não podemos conciliar com quem, no Alto Comando, questionou as urnas eletrônicas, o resultado das eleições, embarcou na guerra cultural contra o politicamente correto. Nada disso é papel das FFAA.

É preciso exercer o comando civil sobre as FFAA.

O Presidente deve exercer claramente o papel de comandante supremo das FFAA como está na constituição (Art. 84-b- XIII, NdR). Não se faz acordo com o Alto Comando militar. O que se faz é exercer o comando

civil sobre as forças militares por intermédio do Ministro da Defesa.

A desmilitarização do poder civil tem que ser feita de imediato e de uma só vez. Militar da reserva que está exercendo cargo civil tem que ser mandado para casa. Militar da ativa tem que ser mandado de volta para o quartel. Tem que ficar claro e explícito que é o poder civil que manda. Não se faz acordo com o Alto Comando. Acordo se faz com os partidos políticos.

### Que reformas deveriam ser feitas nas Forças Armadas?

A primeira coisa é discutir o que é e o que deve ser uma política de defesa. O primeiro problema de segurança do Brasil é enfrentar a vulnerabilidade social em que o país está mergulhado.

Segundo avançar na cooperação regional uma vez que o Brasil não tem nenhum problema militar com seus vizinhos.

Terceiro o acesso a tecnologias sensíveis. Enquanto os militares estão preocupados com urna eletrônica, a guerra da Ucrânia, que os EUA estão movendo por procuração contra a Rússia, mostra que as grandes novidades nas armas de guerra são o míssil e o drone. É com esse tipo de problema que eles têm que se preocupar.

A política de defesa é submeter o poder militar ao poder civil. É inaceitável que os militares queiram ter o monopólio do patriotismo. Inaceitável que queiram tutelar.

Também é preciso estabelecer um regime de quarentena para militares que vão participar da política e não apenas para eles. Para todos os que ocupam funções de Estado, como juízes, promotores, policiais, e vão ingressar na política, é preciso ter quarentena.

Temos que abrir o debate sobre o que é política de defesa nacional.

### A divulgação do relatório da Comissão da Verdade, em dezembro de 2014, cristalizou um sentimento antipetista nas Forças Armadas?

O antipetismo nas FFAA vem desde 1985 na transição da ditadura para a Nova República. Não foram passados em revista os crimes cometidos.

A instalação Comissão da Verdade - e seu relatório - foi positiva porque pela primeira vez o Estado brasileiro investigou e denunciou publicamente



crimes cometidos por agentes do Estado.

### Uma força militar da ONU comandada pelo Brasil, ocupou o Haiti de 2004 até outubro de 2017. Hoje, o presidente Biden, dos EUA, quer envolver novamente o Brasil em nova ocupação. Como responder a isso?

A expedição no Haiti foi um primeiro grande equívoco do primeiro governo Lula que não pode se repetir. Para começar, o problema do Haiti é social, de ausência de políticas públicas e não militar. O Presidente Lula não deve aceitar de modo algum que o Brasil participe de outra expedição ao Haiti.

A participação na Minustah foi errada, eu falo até para corrigir a posição que defendi na época a respeito, eu mudei de posição. Foi um erro do governo Lula e esse erro não pode se repetir.

### O Presidente Lula vai nomear José Múcio (que foi seu Ministro de Relações Institucionais e depois Presidente do TCU) para Ministro da Defesa. Ele terá condições de restabelecer a disciplina seriamente afetada pelas manifestações políticas de militares da ativa (por exemplo, Pazuello em ato no Rio de Janeiro, declarações golpistas de militares do Gabinete de Segurança Institucional)?

Não quero fulanizar. Quero discutir o processo que está ocorrendo, do qual eu discordo. Com as forças militares

não se faz acordo, você comanda. É preciso ter uma autoridade civil em condições de comandar o Alto Comando.

E não podemos seguir a rotina do mais antigo. Quem fez pronunciamento contra as urnas, quem questionou o resultado das eleições, quem se envolveu na guerra cultural promovida pelo inominável não pode ter cargo de comando.

### Como você vê o apoio anunciado pelo PT a Lira na negociação da PEC da transição?

A negociação em torno da aprovação da PEC é correta. Precisamos ter recursos para enfrentar a crise social. O que estamos discutindo, na verdade, é o Teto de Gastos.

Mas em relação ao Lira o PT deveria se limitar a dizer que não vai lançar candidato, não vai se envolver na disputa. O PT não deveria se expor declarando que apoia o Lira.

O que o partido deveria fazer é declarar que respeita a regra da proporcionalidade que é a regra da Câmara dos Deputados. Ou seja, a maior bancada indica o presidente. Além disso também não pode deixar de criticar o Orçamento Secreto.

### Mas a maior bancada é do PL...

Sim, mas se o PL faz um acordo para indicar o Lira o PT respeitaria esse critério da maior bancada. Quem rompeu com essa regra foram o Severino Cavalcante e o Eduardo Cunha. A Câmara funciona com base na proporcionalidade e é isso que deveria ser respeitado. Não precisava declarar apoio ao Lira.

# Militância petista organiza mobilização para posse de Lula

Ocupar Brasília para exigir o respeito ao voto popular é necessário para enfrentar o golpismo, em primeiro lugar, mas também as pressões do “mercado” e inimigos do povo, que querem que o novo governo Lula mantenha tudo como “dantes no quartel de abranes”.

Até o momento, a direção do partido não assume a responsabilidade de mobilizar como deveria. Apesar disso, militantes arregaçam as mangas e lutam para o que PT e sindicatos se façam presentes em Brasília, apresentando suas demandas e reivindicações.

O Diálogo e Ação Petista tem feito todo o possível para impulsionar essa mobilização.

## Rio de Janeiro

O companheiro Jeifei, professor e militante do PT no Rio de Janeiro nos conta: “é uma batalha que está sendo travada. O Diálogo e Ação Petista está se reunido com o objetivo de ir à Brasília. Estamos vendendo rifas, temos feito arrecadação com vaquinha online para garantir a ida da companheira. Organizamos um abaixo assinado destinado ao diretório estadual cobrando que o PT se colocasse em mobilização para organizar caravanas. A forma como está sendo organizada - cada um pagando o seu - exclui vários companheiros, como os vendedores ambulantes, camelôs e companheiros mais pobres, que estiveram na reunião do DAP, por exemplo, que fizeram campanha nas ruas e ficam excluídos. Isso também ocorre com a juventude. Nosso abaixo assinado já tem mais de 300 assinaturas. Surtiu algum efeito inicial. Já tem alguns ônibus confirmados gratuitos.”

## Minas Gerais

O diretório estadual do PT mineiro decidiu que não iria pagar um único



Militantes do DAP fizeram plenária em Juiz de Fora - MG

ônibus, apesar da proximidade relativa com a capital federal. Mesmo assim, a militância do partido tem se organizado.

Em Juiz de Fora, por exemplo, o Diálogo e Ação Petista organizou uma plenária com a participação de 60 pessoas para um balanço eleitoral e organização da ida à posse. Companheiras do DAP estão organizando um ônibus auto-financiado e o PT local fez um chamado para doações, para ajudar quem não pode pagar. Sindicatos também se mobilizam, cotizando vagas nos ônibus ou bancando ônibus próprio, como é o caso do Sindicato dos professores (Sinpro), que pretende afirmar suas reivindicações na posse.

Já em Belo Horizonte, o Sindicato dos Metroviários deve discutir o envio de uma delegação como parte da luta contra a privatização do Metrô.

## Goiás

Em Goiânia, a militância petista retomou a presença nas feiras para mobilizar para ida à Brasília. Segundo o petista Humberto Clímaco “no dia 27 de novembro, integrantes do

comitê Lula Presidente da Universidade Federal de Goiás estiveram presentes na feira livre do Jardim Curitiba 2 em Goiânia e a militância do Diálogo e Ação Petista esteve junto. Lá foi o local onde houve a melhor receptividade à campanha do Lula”. Humberto completou “Fomos lá para fazer uma lista com nomes de interessados em ir à posse em Brasília. A receptividade foi positiva. Muitos eleitores do Lula, simpáticos à banca e à iniciativa, disseram que seria perigoso; Alguns perguntaram se era verdade que ele não iria tomar posse, conforme os golpistas estão espalhando. Nós respondemos que precisamos encher Brasília, inclusive, para garantir a posse. Ao longo de 2 horas de bastante diálogo, conseguimos 11 adesões para ir para a posse.”

## São Paulo e Pernambuco

O diretório municipal do PT de São Paulo decidiu por ajudar a organização de pelo menos 10 ônibus e convocou uma reunião com Diretórios Zonais para organizar as listas de interessados e fazer uma campanha de arrecadação. Apenas a coordenação

do Diálogo e Ação Petista na Capital já tinha mais de 350 pessoas interessadas.

Já em Pernambuco há uma ausência da direção PT na organização dos ônibus. Mas a militância se mobiliza. Segundo Joelson Souza, militante do PT de Recife “As coisas estão quentes, expressão da aspiração por dias melhores. Entre militantes, há uma apreensão e a clareza da necessidade de um grande ato, reunindo mais de uma centena de milhares em Brasília para a posse de Lula. Já temos oito companheiros do DAP no ônibus da Juventude do PT. A CUT também organiza um ônibus com vagas para sindicalistas”.

## Ceará

Segundo o companheiro Eudes Baima, professor e militante petista no Ceará “Já temos confirmados 10 companheiros e companheiras do Diálogo e Ação Petista em lugares nos ônibus dos sindicatos. O PT não está organizando a caravana. A CUT confirmou apenas dois ônibus, o que é muito pouco”.

## Apesar das dificuldades, Brasília estará lotada

Segundo o companheiro Oton Pereira Neves, dirigente sindical e militante do PT de Brasília “A expectativa é muito boa”. Para ele “A sensação de ficar livre do Bolsonaro é algo muito prazeroso. Hotéis pensões, alojamentos casas de parentes estão lotados. As motivações da presença se diferem, uns vêm apenas para comemorar a vitória, outros, além de comemorar a vitória, trazem suas reivindicações. O PT-DF e organizações sindicais e populares estão organizando um grande acampamento no parque da cidade para acolher a militância.”

Alexandre Linares

# Eletricitários defendem reestatização da Eletrobrás

Trabalhadores do setor elétrico, representados pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários, que reúne entidades regionais e nacionais da categoria que contam com mais de 12 mil trabalhadores, foram recebidos pela equipe de transição e propuseram a reestatização da Eletrobrás, vendida pelo governo Bolsonaro recentemente.

Emerson Andrada, coordenador do Sindeletrô de Minas Gerais, dá a dimensão da questão afirmando que “a Eletrobrás é uma empresa de energia essencial para a estratégia de

desenvolvimento do Brasil. Sua privatização, ocorrida de maneira açodada, prejudica interesses econômicos e estratégicos do país”.

Marca registrada do governo Bolsonaro, que, para atender ao mercado, não perdeu tempo em passar a boiada por cima da soberania da nação. “Só para citar um exemplo, a Eletronuclear, antes subsidiária da Eletrobrás, não teve um real estudo de impacto dos efeitos da privatização da empresa-mãe sobre sua competência técnica, colocando em risco não apenas o desenvolvimento

tecnológico da empresa, mas a segurança das populações situadas em torno” alertou Emerson, sobre a empresa localizada em Angra dos Reis.

## Quem ganha com isso?

Nessa situação a população convive com a ameaça de uma conta de luz mais salgada e os trabalhadores têm seus empregos colocados em risco, enquanto os diretores e conselheiros desavergonhados da empresa já privatizada se permitem o mimo de aumentar os próprios salários em

até 4000%.

Não faltam motivos para que o futuro governo Lula tome em mãos essa importante reivindicação, fazendo valer a vontade popular que o elegeu. De acordo com o documento entregue pelos eletricitários ao novo governo “há entendimento de que o fato de a União deter 43% do capital votante da Eletrobrás e a operação ter ocorrido muito recentemente e de forma atropelada, com diversas irregularidades detectadas, torna viável o caminho de volta”

Leonardo Nurnberg

# Porto de Santos: privatização não!

Por hora, a privatização da gestão do Porto de Santos (autoridade portuária) foi barrada. O intento de Bolsonaro, de executá-la ainda esse ano – o Tribunal de Contas da União (TCU) estava prestes a concluir a análise – pode ter sido derrotado. A equipe de transição de Lula apresentou argumento de que em outros casos, como nos portos de Itajaí (SC), São Sebastião (SP) e Paranaguá (PR), houve privatização de alguns segmentos, mas nunca da administração. No país há portos geridos pela União, por estados ou municípios. Também estão suspensas, até 1º de janeiro, a entrega dos

Correios, da Dataprev, dos aeroportos do Galeão e Santos Dumont (RJ) e da Ceasa Minas à iniciativa privada.

O modelo para o Porto de Santos foi desenhado pelo atual governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas, quando ainda era Ministro da Infraestrutura, prevendo uma concessão de 35 anos. Não à toa, Tarcísio declarou dia 7 de dezembro que espera “sensibilidade” do governo Lula para prosseguir o processo, que vem “se transformando”. Quer dizer que se pode mudar alguns itens de contrato, mas deve se manter a entrega da administração para os empresários. O Porto, maior da

América Latina, já registrou lucros recordes em apenas nove meses de 2022 (janeiro a setembro): R\$ 416 milhões.

Portanto, não há o que negociar em termos de “modelo” no futuro governo Lula, mas sim barrar de fato todas as privatizações.

## Continuar a batalha

É necessário não baixar a guarda. O Diálogo e Ação Petista da Baixada Santista iniciou atividades com bancas nas ruas com o panfleto do DAP convocando para a posse de Lula e um abaixo-assinado e cartazes: “Lula, não permita que o Porto de Santos

seja privatizado!”. Retomando uma iniciativa que ocorreu em meados de 2022, entidades e lideranças da região estão sendo procuradas para se somar à luta. Na última atividade, trabalhadores portuários estiveram presentes, realçando que “querem entregar o Porto às custas do desemprego, do desalojamento de moradores, da estocagem de carga explosiva... um profundo golpe nos direitos dos trabalhadores e na soberania nacional. Vamos juntos para posse de Lula e levaremos nossos cartazes contra a privatização do Porto!”

Tiago Maciel

# Trabalhadores freiam terceirização em Florianópolis



Trabalhadores da Comcap encerram greve vitoriosa

Em janeiro de 2021 a prefeitura de Florianópolis aprovou uma lei inconstitucional que rasgava o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap), cujos trabalhadores se dedicam à limpeza urbana e outras funções. A medida abriu as portas para a terceirização na empresa, num processo que enfrentou a resistência da categoria durante 17 dias de uma greve, paralisando a limpeza pública da cidade.

Sem conseguir fazer a prefeitura recuar da política de terceirização, naquele momento, o Sintrasm, sindicato que representa a categoria, entrou com um processo contra a prefeitura questionando a lei aprovada e a terceirização.

Em setembro de 2021 os trabalhadores tiveram uma importante vitória com o reconhecimento dos direitos do ACT em uma decisão de 1º instância no TRT. Concomitante a

isso a prefeitura tentou avançar com a terceirização e enfrentou uma greve de 8 dias que impediu a terceirização de toda coleta na cidade, mesmo se logrou terceirizar em duas áreas, que hoje sofrem com uma coleta de lixo de péssima qualidade.

Há dois anos a prefeitura vem tentando aplicar a lei e avançar com a terceirização para toda a cidade, mas não consegue graças a luta dos trabalhadores.

Enquanto aconteciam as negociações de data-base deste ano, a prefeitura solicitou a conciliação deste processo, apresentou proposta reconhecendo a incorporação dos direitos previstos no ACT ao contrato individual de trabalho e pagamento de passivo trabalhista gerado pelo período em que a lei foi aplicada, desde que a discussão sobre terceirização e concurso público fosse feita em negociação de data-base.

Os trabalhadores aceitaram a

proposta, e a prefeitura em um ato golpista retirou a proposta apresentada por ela mesma! Na negociação de data-base a prefeitura apresentou proposta de renovação de ACT por apenas 6 meses.

Diante de todos esses ataques os trabalhadores entraram em greve para defender seus direitos.

Com a greve e a mobilização dos trabalhadores a prefeitura recuou e apresentou nova proposta renovando o ACT por um ano. Essa luta ainda

garantiu a publicação de concurso público para março de 2023, recomposição de perdas inflação deste ano além de pagar 4% referente a perda salariais que a categoria acumulava do ano passado. E comprometeu a prefeitura a frear o processo de terceirização.

A luta continua com acordo coletivo garantido para retirada das terceirizadas e pela Comcap 100% pública.

Jezi Medeiros



## JUSTIÇA POR ALESSANDRA!

Florianópolis amanheceu com uma terrível notícia no dia 24 de novembro: o feminicídio de uma professora da rede municipal de ensino.

Quando Alessandra saiu para trabalhar, não imaginava que não retornaria para sua família e muito menos, que seria assassinada chegando ao seu local de trabalho, o Neim Tapera localizado no Sul da Ilha de Florianópolis.

Alessandra Abdalla foi brutalmente assassinada a tiros pelo ex-companheiro, o policial militar Orlando Seara da Conceição Júnior. Ela já tinha medida protetiva, e segundo relatos, continuava sofrendo constantes ameaças.

Esse crime estúpido e brutal é mais um caso do machismo estrutural na nossa sociedade, que insiste em tratar a mulher como propriedade, nos causando ainda mais revolta e indignação.

No ano de 2021 foram registrados 1341 feminicídios no Brasil, isso significa que a cada 7 horas uma mulher foi morta e a professora Alessandra entrou pra essa terrível estatística.

O Sintrasm, sindicato da categoria, convocou ato cobrando justiça por Alessandra. Estiveram presentes trabalhadores, entidades, partidos políticos, população e a família da vítima numa grande caminhada até o local onde o assassino estava detido.

Não podemos aceitar o fato de uma mulher trabalhadora perder a sua vida em seu local de trabalho e próximo de seus colegas de profissão. Nossa luta contra a violência de gênero deve ser constante. Não podemos nos calar. Justiça por Alessandra e por todas as mulheres vítimas de violência de gênero.

## GM demite sindicalistas

A empresa de carros General Motors demitiu em novembro dois sindicalistas funcionários da montadora. O companheiro Luiz Carlos Prates, conhecido como Mancha, dirigente da CSP-Conlutas, e o

companheiro Gilvan Miranda Landim, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano.

As centrais sindicais, em nota, acusam a GM de desrespeitar a liberdade sindical. A GM diz que as demissões se

deram por desligamentos por aposentadoria.

Na nota, as Centrais destacam a atitude como “arbitrária e antissindical”, destacando que os trabalhadores gozam do direito à estabilidade no

emprego por serem dirigentes sindicais. “Essa demissão viola frontalmente o artigo 8º da Constituição Federal, bem como a Convenção 98 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), do qual o Brasil é

signatário, e garantem a liberdade e o direito à organização sindical”, diz o documento.

É necessário lutar pela readmissão desses companheiros, que tem toda nossa solidariedade.

# PEC da Transição tramita, mas acabar com Teto de gastos segue imperativo

A PEC da Transição, cujo texto original fora apresentado pela Equipe de Transição, foi alterada para ser finalmente aprovada no Senado (64 x 16) em 6 de dezembro. O texto votado – substitutivo do relator Alexandre Silveira (PSD) – reduziu a expansão de verbas ao Bolsa Família (BF): ao invés dos R\$ 175 bilhões anuais propostos acima do teto, ficaram R\$ 145 bilhões. O substitutivo também reduziu o prazo dessa expansão para apenas dois anos, ao invés dos quatro sugeridos inicialmente.

Mas o substitutivo aprovado segue permitindo, como no texto original, que o Teto de Gastos possa ser expandido no montante definido ao BF (ou seja, em 145 bi). Por isso, segue garantindo o pagamento do BF (R\$ 600 a cada família carente, mais R\$ 150 por criança de até 6 anos) e a utilização dos R\$ 105 bi, alocados originalmente ao Auxílio Emergencial no Orçamento bolsonarista, em outras áreas sociais cortadas por Bolsonaro. Esse espaço orçamentário permite alguma recomposição, ainda que limitada, de programas destruídos por Bolsonaro tais como Farmácia

Popular, Minha Casa Minha Vida, merenda escolar, obras de infraestrutura e o aumento do salário-mínimo acima da inflação (que implica em gastos previdenciários).

Ademais, a PEC continua considerando fora do teto os R\$ 23 bilhões (6,5% do excedente) da arrecadação de 2021 se usados em investimentos públicos. Também considera fora do teto doações ambientais e recursos próprios de instituições de ensino.

Agora, a PEC da Transição precisa passar pela câmara, onde Artur Lira (PP) pretende cobrar caro.

Lira, não só recebeu o apoio do PT, PCdoB, PV e PSB para sua reeleição, como aguarda decisão do STF sobre o Orçamento Secreto, para reincluir os recursos necessários para as “emendas de relator”, garantindo a continuidade do esquema criado por ele e Bolsonaro e que Lula, na campanha, criticou com razão. Jogando mais uma vez o jogo das instituições podres, Lula e o PT podem entrar em rota de colisão com a vontade popular. No acordo para aprovação, o novo governo comprometeu-se ainda em encaminhar um projeto de um novo

e “sustentável” regime fiscal no lugar do Teto.

## Pressões contrárias

Mesmo aceitando reduzir a expansão do Teto, senadores petistas enfrentaram uma forte oposição nas negociações. Não apenas dos bolsonaristas, que tentaram uma manobra para protelar a votação (propondo uma “audiência pública”) da PEC. Mas também de “aliados” de última hora (como o tucano Tasso Jereissati), que insistiam em exigir o mínimo de furo no Teto e “responsabilidade fiscal”.

Eles todos, junto com os economistas de bancos e a grande mídia, vivem anunciando uma catastrófica explosão da dívida pública caso o Teto seja ultrapassado. Mas não se opuseram (ao menos com a mesma veemência) quando Guedes e Bolsonaro ultrapassaram o Teto por cinco vezes, inclusive para garantir a roubação do Orçamento Secreto e a compra de votos para a tentativa de reeleição do genocida. Tampouco reclamam do cerca de meio trilhão de reais a ser gasto em pagamento de juros da dívida em 2023.

## Argumento falacioso

Aliás, o argumento de que a dívida explodirá com mais gastos sociais é em si uma falácia completa. Estudos mostram que os gastos com Bolsa Família e outros programas sociais geram uma nova renda, acumulada em 4 anos, cerca de 3 vezes maior do que o gasto em si. Como?

Simples. Ao gastar R\$ 145 bilhões em BF, o governo fará mais de 20 milhões de famílias consumirem os R\$ 600 em alimentos, roupas, sapatos, eletrodomésticos etc. Isso gerará uma enorme demanda nova à indústria e ao comércio, o que levará à criação de novas empresas e novos empregos. Ao cabo de cerca de 4 anos, a renda (lucros e salários) total acrescida (apenas por este gasto com BF em 2023) acumulará cerca de R\$ 435 bi (3 vezes o BF). Como a carga tributária brasileira é de cerca de 33%, a receita a mais obtida pelo Estado com impostos será R\$ 145 bi.

Ou seja, o BF (e boa parte dos gastos sociais) se autofinanciam, não gerando necessariamente mais dívida no médio prazo. Um motivo a mais para se derrubar o Teto de Gastos.

Alberto Handfas

## Ministros do STF e banqueiros sintonizados

Evento em Nova York organizado por João Dória demonstrou alinhamento

Duas semanas após as eleições em que a maioria do povo brasileiro rechaçou a política de Bolsonaro (PL) e deu uma vitória extraordinária a Lula (PT), ministros do STF e porta-vozes do “mercado” se reuniram num evento em Nova York. A Lide, promotora do evento chamado “Lide Brazil Conference” é de propriedade do ex-governador de São Paulo, João Dória. Na lista de palestrantes e convidados, além de ministros STF, Michel Temer e mais de 260 empresários.

### “Lula, chame Bolsonaro para governar”

Na abertura, Michel Temer, que ocupou o cargo de presidente a partir do golpe em Dilma (PT) em 2016, com a participação do STF e do Congresso, abre sua intervenção em defesa da “ideia da paz”. “Unam-se todos, não significa que você não possa ter divergências de natureza programática, ideológica (...). O país vai ter paz quando todos pregarem a Constituição.” Para concluir com o conselho a Lula que chame Bolsonaro, os governadores e a sociedade civil para governar.



Moraes discursa durante evento em Nova York

Alexandre de Moraes, ministro do STF e presidente do TSE, enalteceu a atuação do poder judiciário na “garantia da democracia” e as “instituições fortes”. Não parecia se tratar da mesma instituição que manteve Lula preso 580 dias e o tirou das eleições em 2018, abrindo caminho para Bolsonaro, ou que não prendeu nenhum empresário por assédio eleitoral ou ainda que acompanhou o derrame eleitoral de dinheiro na tentativa de Bolsonaro de comprar votos.

Ricardo Lewandowski, também ministro do STF, com objetivo de mostrar aos empresários nacionais e estrangeiros o quanto o Brasil é “seguro” para o capital, logo no início da sua fala disparou: “temos a lei de responsabilidade fiscal (...), temos a lei das estatais (...), fizemos (sic!) recentemente uma reforma trabalhista (...), estabelecemos uma emenda constitucional em que fixamos um teto de gastos para despesas públicas (...).” Tudo, segundo ele, para garantir

a “tranquilidade todos aqueles que queiram investir no Brasil”.

### Febraban: “Equilíbrio das contas”

Isaac Sidney, presidente da Febraban, a exemplo dos ministros do STF, também exaltou as instituições. “A harmonia dos poderes não é só importante, é imprescindível (...). A eleição já passou (...).” E seguiu: “o modelo de investimento do poder público colapsou, nós precisamos buscar um modelo que tenha no capital privado a centralidade (...).” para logo emendar com “o fundamental é que qualquer que seja a política que o novo governo vier adotar se pautar pelo equilíbrio das contas” (sob aplausos). Numa “mensagem de otimismo”, segundo ele mesmo, concluiu: “nós confiamos nas nossas Instituições que não fraquejaram e em nossos poderes aqui representados (...). Tão criticados que somos, nós vamos continuar ajudando este país (...), o Brasil precisa de uma grande conjunção de forças, de um pacto de debate de ideias e não de bravatas.”

Emílio Oliveira

# Um desafio: desbolsonarizar o Estado

Governo Lula deve breca e reverter um processo que vem de antes de 2018

Quatro anos de governo Bolsonaro deixam fortes tentáculos que correspondem ao projeto bonapartista do derrotado nas urnas em 30 de outubro, de colocar o Estado e suas instituições a seu serviço.

Bom lembrar, isto não brotou do nada. As relações do então deputado, por 28 anos, com setores militares (que, aliás, foram atuantes na viabilização de sua candidatura a presidente), os bolsonaristas em gestação, como Ricardo Barros, líder do governo na Câmara, as relações com a Polícia do Rio de Janeiro, por exemplo, vinham se desenvolvendo, e emergiram do esgoto após o golpe de 2016.

No Judiciário, onde nomeados pelo governo que se vai, estão exclusivamente a serviço de Bolsonaro e seu clã, a coisa vem lá de trás. Para lembrar um fato: a provocação

armada por bolsonaristas diante do Instituto Lula, quando da decretação da prisão de Lula, resultou num Boletim de Ocorrência feito por Eduardo Bolsonaro! E a juíza que julgou o processo – decretando a condenação e prisão do companheiro Maninho, ex-vereador do PT em Diadema - o fez a serviço do chefe do clã.

Também a militarização do governo, exuberante sob Bolsonaro não começou depois de 2019. Após o golpe, o governo Temer abrigou mais de dois mil militares. No atual, o crescimento da ocupação militar foi exponencial (e carregada de ilegalidades, segundo o Tribunal de Contas da União), chegando a quase sete mil, com os generais Braga Neto e Augusto Heleno a cabeça. Braga Neto chefiou a intervenção federal no Rio de Janeiro, decretada em fevereiro de 2018 e deixou as milícias de mãos soltas. Augusto Heleno

comandou uma fase da ocupação do Haiti (um grande erro cometido pelo governo do PT de aceitar comandar a Minustah) e voltou ao Brasil se contrapondo à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

## Frear e reverter

O exponencial crescimento da militarização e a contaminação bolsonarista nas instituições serão enormes obstáculos para fazer um governo que atenda os anseios depositados nas urnas. O problema se agrava porque no apagar das luzes de seu mandato, Bolsonaro, em "reclusão" providencial, planta bombas, com nomeações desenfreadas para deixar seus tentáculos. Primeiro nomeou seu ex-ministro Gilson Machado para diretor-presidente da Embratur (mandato de quatro anos).

Nomeou dois cupinchas para a Comissão de Ética Pública da

Presidência. Célio Faria Júnior, atual ministro-chefe da Secretaria de Governo, e João Henrique Nascimento de Freitas, assessor especial da Presidência (mandato três anos). Abriu a porteira e quer passar a boiada, enviando ao Senado sete nomes de diretores e cinco ouvidores para agências reguladoras (todos com tempo de mandato definido), além de representações diplomáticas em vários países

A partir de 1º de janeiro é colocar um mata-burro para frear as novas nomeações e agir para limpar a casa para receber o povo trabalhador. Está certo Lula quando diz que em 1º de janeiro vai exonerar todos que ocupam cargos comissionados para "dar um freio de arrumação no novo governo" (Valor 9/12). Começa por aí e deve continuar.

Misa Boito

## Crimes eleitorais não podem ficar impunes

A impunidade de antes alimenta a ousadia dos golpistas

"Queria também pedir aos CACs, aos atiradores que têm armas legais - hoje nós somos, inclusive eu, 900 mil atiradores - venham aqui mostrar presença. Se nós perdermos essa batalha, o que vocês acham que vai acontecer dia 19? Vão entregar as armas. E aí o que vão falar? 'Perdeu, mané'?"

A fala foi feita em cima de um palco improvisado no acampamento golpista em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília, no dia 26 de novembro. O autor é o empresário Milton Baldin. Ele se referia ao dia 19 de dezembro, quando a Justiça Eleitoral havia marcado a diplomação de Lula (agora, antecipada).

Neste caso, suscitado pela equipe de segurança de Lula, o Judiciário não demorou tanto a agir. Alexandre de Moraes determinou a prisão de Baldin, que ocorreu na noite da terça (6) no acampamento.

### BR-163

O empresário golpista viajou cerca de 1.398 km para se instalar em frente ao QG do Exército em Brasília, já que ele é de Sinop, no Mato Grosso. É nessa cidade que dois caminhões foram incendiados, em meio aos atos golpistas na rodovia BR-163. No mesmo dia, 21 de novembro, dois homens foram presos por atos análogos a terrorismo, flagrados ao abordar um caminhão que não parou no bloqueio. Além de arma e munições, eles portavam nove galões de gasolina.



Bolsonaristas e PRF em bloqueio

Na antevéspera, um grupo havia sido flagrado, em vídeo, colocando fogo em outros caminhões na mesma rodovia, porém entre os municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. A polícia encontrou ligações com os bloqueios na BR.

Já no Pará, na mesma BR-163, que um grupo de golpistas abriu fogo contra viaturas da Polícia Rodoviária Federal, no início de novembro, em um bloqueio no município de Novo Progresso.

A Polícia Federal realizou a operação "163 Livre", cumprindo dez mandados de prisão provisória, que trata os envolvidos no bloqueio como uma associação criminosa, com acusações como homicídio qualificado tentado, constrangimento ilegal e atentado contra a liberdade de trabalho. Segundo jornalistas, as autoridades acreditam que há garimpeiros

envolvidos na exploração ilegal de ouro em terras indígenas junto ao grupo que promoveu o ataque.

### Punir os crimes

Como se vê, há uma certa reação à escalada violenta dos bolsonaristas inconformados com a derrota e que desprezam a vontade popular. Pode-se perguntar se a contento, e a que custo. O judiciário usa alguns expedientes de condenação "como atentado contra a liberdade de trabalho" que podem se voltar contra trabalhadores no futuro.

A questão é saber como chegamos até aqui. Afinal a lista de crimes vai muito além desses casos extremos, há também os milhares de crimes eleitorais cometidos, já amplamente conhecidos, e a ligação de todas essas ilegalidades a outro QG, o da ex-campanha de Jair Bolsonaro.

Entre os 43 empresários que tiveram contas bloqueadas por Moraes por suspeitas de financiar atos golpistas, estavam os responsáveis por R\$ 1,3 milhão em doações à campanha de Bolsonaro.

A escalada aos casos de violência aberta tem a ver com a impunidade aos crimes anteriores. O prefeito de Tapurah, também no Mato Grosso, Carlos Alberto Capeletti (PSD), que foi afastado do cargo por 60 dias, em decisão de Moraes de 7 de dezembro, por convocar atos golpistas em Brasília, por exemplo já tinha cometido um outro crime, ainda durante a campanha. Ele prometeu rifar uma Fiat Strada se Bolsonaro vencesse. A Justiça Eleitoral obrigou o prefeito a apagar o vídeo e se retratar. Nada mais.

Nesse sentido, está correta a campanha de Lula que pediu ao TSE a inelegibilidade de Bolsonaro e aliados, por abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação. A petição por processo, de 8 de dezembro, cita 10 ações do governo federal, como a antecipação dos repasses do Auxílio-Brasil e do Auxílio-Gás durante o segundo turno e a liberação de uso do FGTS "futuro" para financiar imóveis.

Esse pode ser o primeiro passo para passar a limpo toda a podridão recente que vimos nesse país e não dar mais espaço para o ovo da serpente.

Priscilla Chandretti

# Bolsonaro deixa caos na saúde

A realidade da saúde no país atravessa um contingenciamento que traz graves consequências após 6 anos. E em especial nos últimos 4 anos com o obscurantismo e o desmonte do SUS.

A aprovação do orçamento de 2023 para a saúde já era um prenúncio de tempos difíceis, com tesouradas brutais em programas importantes. Vale citar o Farmácia Popular, os recursos para políticas em saúde da população indígena que sofreram redução de 40%, o provimento de bolsas de residência multiprofissional, com redução de 60% e a redução de recursos para o tratamento de pessoas vivendo com HIV/Aids, com redução de 18% no orçamento de 2023.

## Pandemia deixa mais do que mortes

São quase 700 mil mortes no país, e uma nova onda se instalou em novembro com mais casos de variantes da Covid-19.

Segundo nota da Fiocruz que avaliou os impactos desses três anos de pandemia, os resultados não são somente nas mortes e sequelados. A pesquisa mostra que o Brasil possui 1.102.146 procedimentos em déficit, represados pela pandemia. Dentre os procedimentos destacam-se: cirurgias (aparelho digestivo, aparelho geniturinário, cardiovasculares), tratamento em nefrologia (diálise entre outros), e consultas para tratamento

de doenças crônicas.

## Sem ministério, sem dados, sem vacinas

Há um completo desmonte do Ministério da Saúde (MS). Não há quem organize as vacinas e medicamentos nos estados e municípios. Sem esse controle o país pode ter de descartar 13 milhões de doses de imunizantes contra a Covid-19 com prazo de validade prestes a expirar. O prejuízo, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), pode chegar a quase R\$ 2 bilhões.

Apenas 5,5% das crianças abaixo de três anos completaram o ciclo vacinal com duas doses. E o MS continua apenas indicando para crianças com comorbidades. Entre os adultos, mais de 77 milhões de brasileiros não receberam a terceira dose.

As secretarias estaduais de saúde informam que os não vacinados são a maioria entre os internados. Como exemplo, no Distrito Federal, dos 596 mortos pela Covid neste ano, 450 não tomaram todas as doses. Entre os adolescentes de 12 a 17 anos, a porcentagem é ainda maior. O DF registrou 10 mortes de adolescentes decorrentes dos novos casos de Covid. Oito não haviam tomado sequer a segunda dose.

Alegando tratar-se de informações reservadas, o MS resiste ao pedido de informações dos integrantes do



Gabinete de transição denuncia caos na saúde

governo eleito sobre o estoque de medicamentos na rede pública, desde analgésicos a antirretrovirais para o tratamento de HIV. A pasta tampouco apresentou dados sobre a fila de pessoas em busca de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a previsão de aquisição de vacinas do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

O PNI, programa reconhecido e com quase 50 anos no país nunca viveu momento mais trágico. Segundo entrevista com Arthur Chioro (ex-ministro da saúde que lidera a transição) as coberturas vacinais básicas estão abaixo do

necessário: "Todas as vacinas obrigatórias para crianças abaixo de um ano estão com coberturas inadequadas!". Isso significa risco eminente de volta de doenças erradicadas como poliomielite, e epidemias de outras doenças graves como meningites, sarampo, varicela, entre outras.

Segundo Chioro, a equipe de transição chegou à conclusão de que serão necessários R\$ 22,8 bilhões para recompor o orçamento da saúde e para cobrir suas ações emergenciais. Além do valor já divulgado, de R\$ 10,5 bilhões.

Juliana Salles

## Motivos para revogar a Reforma Trabalhista

Desde 2017 quando o golpista Michel Temer aprovou a Reforma Trabalhista, um duro ataque se deu para cima dos direitos dos trabalhadores e a luta para revogar essa reforma não parou.

Não só as prometidas novas vagas de emprego nunca chegaram aos trabalhadores, como, ao contrário, a informalidade só aumentou.

Agora, com a eleição de Lula a discussão é retomada, mas já há quem diga, em nome do entendimento com patrões, que não se pode revogar a Reforma Trabalhista, mas que apenas alguns pontos precisariam ser modificados.

É o caso, por exemplo, de Ricardo Patah, presidente da UGT, que pretende falar em nome do Fórum das Centrais do qual faz parte a CUT: "deixamos claro de forma unificada que o movimento sindical não quer a revogação da reforma trabalhista e também não quer a volta do imposto sindical, mas há pontos que precisamos repactuar. É consenso, unanimidade que não vai voltar o imposto sindical".

É possível repactuar com patrões

que passaram os últimos anos arrancando o couro do trabalhador?

Mesmo que seja real o argumento de que não basta revogar a reforma trabalhista e não colocar nada no lugar, não podemos entrar na linha de que só vai mudar aquilo que for em comum acordo com patrões e governo, como foi apontado na reunião de Lula com as Centrais Sindicais no dia 1 de dezembro em Brasília.

Nesta edição retomamos alguns pontos para mostrar porque a Reforma Trabalhista tem que ser revogada no seu conjunto, não apenas modificada. A luta para retomar os direitos é necessária, foi para isso que os trabalhadores votaram em Lula.

### Negociado sobre o legislado

Ponto inegociável, é necessário restabelecer que sim, a lei vale acima do negociado, restabelecer que a negociação deve se dar através dos sindicatos e não de forma individual.

### Contrato temporário

Na reforma foi ampliado o tempo do trabalho temporário de 90 para 180 dias. O problema é que assim o

patrão ao demitir o trabalhador não paga as verbas rescisórias por demissão sem justa causa e cria um rodízio muito maior.

### Jornada de Trabalho

A reforma estabeleceu que a jornada de trabalho de 12x36 (12 horas de trabalho e 36 de descanso) foi ampliada para várias áreas. Antes, era limitada a algumas profissões. Isso na prática impõe aumento de jornada sem o respectivo pagamento de horas extras.

### Justiça do Trabalho

A reforma trabalhista dificultou a entrada de ações trabalhistas contra os patrões, pois, na prática, acabou com a assistência jurídica gratuita, passando ao trabalhador a responsabilidade de arcar com os custos da ação. Limita ainda a ação da Justiça do Trabalho exigindo que para emitir súmulas terá que ter 2/3 dos ministros para aprovação.

### Trabalho intermitente

O trabalho intermitente é aquele que a prestação de serviços não é contínua, o trabalhador passou a ser

contratado apenas para aqueles horários que a empresa precisa, criando uma situação de super exploração.

### Imposto Sindical

O fim do imposto sindical causou grandes problemas nas finanças das entidades, mas não queremos sua volta. No entanto, é necessário ter uma política de financiamento dos sindicatos, que deve ser aprovada em assembleia da categoria. A CUT defende a taxa negocial a ser aprovada de forma soberana em assembleias das categorias.

### Terceirização generalizada

Embora não tenha sido dentro da Reforma Trabalhista, a regulamentação da terceirização foi ampliada para todas as áreas das empresas e não mais para só "atividades meio" (limpeza, segurança). Essa medida significou a criação de empresas "especializadas" em terceirizar, reduzindo salários e benefícios dos trabalhadores, contornando acordos coletivos.

João B. Gomes

# EUA: ferroviários enfrentam Biden e Congresso

Democratas e republicanos apoiam patrões contra greve nacional

O anúncio de uma greve nacional dos ferroviários para 9 de dezembro abalou todo o sistema político, bipartidário, dos Estados Unidos, além de ser um fato transcendental para a classe trabalhadora que, em vários setores, vem se mobilizando no último período.

Os ferroviários tiveram seu direito de greve suprimido pela lei 'Taft-Hartley' de 1947, que permite às empresas que contratam fura-greves, demitam grevistas, além de prisões e multas. Agora os patrões, o governo Biden e as duas casas do Congresso, alegando que a greve ferroviária na atual conjuntura levaria ao colapso todo o sistema econômico, utilizam essa lei.

As ferrovias nos EUA movem cerca de 30% da carga e a associação patronal do setor estima que uma greve nacional causaria uma perda de mais de dois bilhões de dólares diários. As empresas ferroviárias tiveram 21 bilhões em lucros nos primeiros nove meses de 2022. Para custear o seguro doença por sete dias, principal reivindicação da anunciada greve dos trabalhadores, o setor gastaria 321 milhões de dólares anuais (1,5% de seus lucros). O problema não é a reivindicação em si, mas a vontade dos patrões de dizimar a força dos sindicatos e da classe trabalhadora.

Essa greve não é uma qualquer. Ela se daria num momento em que se juntam a crise econômica - guerra comercial com a China, aumento da inflação e uma possível recessão



Trabalhador ferroviário nos EUA

- crise social - aumento da pobreza e decomposição social - e a crise do sistema político e institucional revelada pelas eleições de "meio de mandato" de 8 de novembro.

## Um movimento que vem de baixo

Temos visto um movimento de organização de sindicatos e de greves localizadas no seio da classe trabalhadora que exerce uma pressão sobre a cúpula sindical (AFL-CIO) até agora implicada na política oficial do Partido Democrata. Esse despertar é uma ameaça para a frágil estabilidade do sistema político.

O sindicato Railroad Workers United (RWU) decidiu em janeiro de 2022 organizar a greve nacional ferroviária. Em 2 de dezembro republicanos e democratas, na Câmara e no Senado, se unificaram com a patronal contra os trabalhadores. O

sindicato em sua declaração afirma: "Os democratas e os republicanos castigam os ferroviários. O RWU considera desprezível, mas não surpreendente, que ambos os partidos optassem ontem por colocar-se ao lado das grandes empresas, votando contra os interesses dos trabalhadores não uma, mas duas vezes, em questão de horas. (...) Em primeiro lugar, atendendo aos desejos do presidente Biden e da presidente da casa, Nancy Pelosi, a Câmara votou a favor de um contrato contra o qual havia votado a maioria dos ferroviários de carga dos EUA. O Senado rapidamente fez o mesmo. (...) Os ferroviários, como todos os trabalhadores, deveriam ter o direito de negociar coletivamente e participar livremente em greves se os membros dos sindicatos considerarem oportuno e o decidam democraticamente. Poucas horas depois que a

votação do Senado selou nosso destino na quinta-feira à tarde, sofreremos uma segunda derrota, dessa vez pelas mãos do outro partido das grandes empresas, o Republicano."

Assinale-se que os líderes do Partido Democrata manobraram contra o "caucus" (bloco) progressista que exigiu a aprovação de pagamento de sete dias por licença enfermidade, aceitando a proposta, mas numa lei separada da principal que declara a greve ilegal. Quando ambas chegaram ao Senado, passou a que proibia a greve, mas não a que obrigava os patrões a pagarem sete dias por enfermidade. Esse ponto era chave, ainda que existam muitas outras reivindicações na convenção coletiva em discussão.

Os trabalhadores ainda não deram a sua última palavra e a greve foi planejada para 9 de dezembro. A lei adotada nas duas casas do Congresso significa que essa greve é ilegal, dando ao governo o poder de militarizar o sistema ferroviário. O confronto entre os patrões apoiados pelo governo Biden e Congresso e os trabalhadores exige a mais ampla unidade de todos os trabalhadores em luta, inclusive dos desempregados e as comunidades pobres e oprimidas. Um desafio para os dirigentes da AFL-CIO e demais sindicatos e também para o "caucus" progressista do Congresso.

3 de dezembro de 2022

Rodrigo Ibarra,  
desde San Francisco

# Manifestações atingem grandes cidades da China

Trabalhadores da maior fábrica de iPhones do mundo participam dos protestos

Logo depois que o congresso do Partido Comunista Chinês reeleger Xi Jinping para o governo do país, e ele parecia intocável, uma onda de mobilizações se espalhou nas principais cidades da China. Não se trata apenas da questão do confinamento em virtude da Covid, mas de uma revolta política e social contra o regime.

As potências ocidentais têm os olhos cravados sobre a China, temendo que essas mobilizações desestabilizem o mercado mundial, do qual a China é um dos principais atores. A mobilização na fábrica que produz os iPhones, no dia 23 de novembro, destaca o lugar da classe operária chinesa.

Em Wuhan, centenas de pessoas

manifestaram-se, no centro do país, contra a draconiana política de "Covid zero" executada pelo governo chinês. Segundo vídeos transmitidos ao vivo nas redes sociais, uma multidão de habitantes irados reuniu-se nessa cidade, onde foi detectado o primeiro caso de Covid em dezembro de 2019. Manifestações similares estouraram em várias cidades.

## Crítica ao regime

Em Xangai, outro vídeo mostra manifestantes gritando "Xi Jinping, demissão!" e culpando o Partido Comunista Chinês. Trata-se de uma muito rara demonstração de hostilidade contra o presidente e o regime, na capital econômica do

país, submetida no início do ano a um extenuante confinamento de dois meses.

Em Pequim, várias centenas de estudantes da prestigiosa Universidade Tsinghua tomaram parte de manifestação contra a política para a Covid-19. Vídeos nas redes sociais mostraram também uma importante vigília no Instituto de Comunicações de Nanquim, onde os participantes agitavam folhas de papel branco.

Essa é a mais importante mobilização desde o movimento por democracia da Praça da Paz Celestial em maio-junho de 1989.

Albert Tarp, do jornal francês  
"Informações Operárias"



Manifestação na China

# Peru: caiu Castillo, e agora?

Entre golpes e contragolpes, palavra ao povo e Constituinte



Dina Boluarte e Pedro Castillo

O dia 7 de dezembro amanheceu com a ameaça de “golpe branco” do Congresso contra Pedro Castillo, com a terceira votação de sua “vacância” (impeachment). Mas por volta das 11 horas o ainda presidente, invocando um dispositivo constitucional já usado por antecessores (como Martin Vizcarra em 2019), declarou a dissolução do Congresso, incluindo um estado de exceção e eleições antecipadas com caráter constituinte.

Duas horas depois, Castillo estava preso por sua própria escolta. O seu ato improvisado provocou renúncia de três de seus ministros, rechaço das Forças Armadas e do Judiciário. Ele foi abandonado até por seu

advogado institucional e viu deputados da esquerda entre os 101 votos, de um total de 130, pela sua destituição (que dependia de 87 votos).

Assim terminaram 16 meses de governo Castillo, hostilizado por uma maioria parlamentar de direita, mas que não cumpriu nenhuma de suas promessas eleitorais, como a reforma agrária e a Constituinte, vendo seu apoio popular minguar.

O governo dos EUA, que havia exigido de Castillo que voltasse atrás nos seus atos, apressou-se a reconhecer Dina Boluarte - vice de Castillo na chapa, mas rompida com seu governo - como nova presidente do Peru. Até o momento só Lopez Obrador do México, que ofereceu

asilo político a Castillo, não havia reconhecido a nova presidente. Lula lamentou a interrupção do mandato de um presidente eleito, mas reconheceu o processo institucional que entronizou Dina, aconselhando-a a “pacificar o país”.

A mídia peruana festejou a vitória da “democracia” contra o “golpe”, mas não esconde o temor de novas crises, dado o Congresso ser mais impopular que Castillo. Todos pregam a “união nacional”, mas o povo trabalhador ainda não deu a última palavra.

Se na capital, Lima, não houve grandes manifestações, no sul do país, como em Ayacucho e Puno, houve marchas em 8 de dezembro. Perguntado sobre as razões do protesto, um manifestante disse: “Não queremos a volta do Castillo, nem esse Congresso, queremos eleições para uma Constituinte”.

## Agora, já, Constituinte!

Em 8 de dezembro uma declaração de “El Trabajo”, tribuna livre da luta de classes animada pelos militantes da seção peruana da 4ª Internacional, afirmou:

“Nenhum golpe ou contragolpe é solução para os grandes problemas do país, nem para as reivindicações urgentes dos trabalhadores, do campesinato e da nação. Hoje é urgente

que o povo tenha a capacidade de decidir diante de um Congresso impopular com menos de 5% de aprovação, através da convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte Soberana agora!

Tem razão a CGTP em sua declaração de 7 de dezembro quando afirma reconhecer ‘que a constante instabilidade política, social e econômica do Peru tem suas raízes na espúria Constituição de 1993, o que faz urgente a criação de um novo contrato social no qual prevaleçam os interesses do povo e não dos grupos de poder econômico que ostentam o controle de nosso país’. Para, em seguida, acrescentar ‘devemos estar mobilizados e vigilantes do irrestrito respeito à democracia e aos direitos trabalhistas, por uma reforma política, nova Constituição e antecipação de eleições gerais’.

El Trabajo afirma que “em meio a esta crise de poder, a saída política é a convocação agora e já da Assembleia Constituinte, é preciso convocar um Encontro Nacional pela Assembleia Constituinte em Lima, encabeçado pela CGTP, o Comitê promotor da Assembleia Nacional dos Povos, as frentes regionais e todas as forças políticas democráticas e antiimperialistas que estejam de acordo com esta orientação.”

Julio Turra

## “Defender o Haiti é defender a nós mesmos”

Comitê brasileiro será formado em 15 de dezembro

A situação no Haiti segue marcada pelo caos promovido por gangues armadas a serviço de políticos e grandes empresários, enquanto o governo ilegal e ilegítimo de Ariel Henry, apoiado pelos EUA, segue no poder.

Como já publicamos em edições anteriores, mais de quarenta organizações de luta do povo haitiano enviaram uma Carta Aberta ao secretário geral da ONU, Antonio Guterres, com duas questões centrais: não à intervenção estrangeira no Haiti, fora com o governo de Ariel Henry.

Num momento em que o governo Biden discute como viabilizar uma intervenção policial ou militar externa no Haiti, reuniram-se na Câmara Municipal de São Paulo, em 30 de novembro, militantes políticos e sindicais para discutir a retomada de uma ampla campanha de solidariedade à luta do povo haitiano com o mote de “Defender o Haiti é defender a nós mesmos”.

A reunião, coordenada por Bárbara Corrales do DAP, contou com a presença de Flavio Carranza (Comitê de Jornalistas pela Igualdade Racial),

Fabio R. Jesus (Gabinete Juliana Cardoso), Osvaldo Schiavinato (secretário setorial de Direitos Humanos do PT SP), Garry Delarus (haitiano e militante do DAP), João Tody (arte educador e militante do PT) e Jony Oliveira (Conem), decidindo por uma nova reunião para conformar o Comitê para 15 de dezembro no mesmo local.

Dentre as adesões já registradas à campanha estão as de Adriano Diogo, militante de Direitos Humanos, Anatalina Lourenço, secretaria nacional de Combate ao Racismo

da CUT, Claudinho Silva, professor, Bocada Forte Hip Hop, Gegê da Central de Movimentos Populares (CMP), Lourdes Estevão, secretária de Políticas Públicas do Sindsep SP, Milton Barbosa, presidente de honra do Movimento Negro Unificado (MNU), Ramatis Jacino, professor da UFABC e membro DR PT SP, Regina Lucia dos Santos, Coordenadora Estadual do MNU, Renato Simões Membro DN do PT e Rildo Marques de Oliveira, secretário do setorial de Direitos Humanos DR PT SP.

**Ainda dá tempo, adquira seu calendário!**

Contribua com a nossa Campanha Financeira